

## **ENSINO NA GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: O PAPEL DO ARQUIVISTA NA PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL**

**Anna Carolina Pereira Rocha, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO),  
Brasil, <https://orcid.org/0009-0004-6538-0451>**

**Anna Carla Almeida Mariz, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO),  
Brasil, <https://orcid.org/0000-0003-1871-0986>**

### **RESUMO**

O artigo tem por objetivo discutir sobre o papel do arquivista na preservação audiovisual no Brasil, sob a perspectiva de que documentos audiovisuais são, além de patrimônio audiovisual, documentos arquivísticos. Neste sentido, buscamos investigar, por meio da análise dos currículos dos cursos de Arquivologia brasileiros, se os arquivistas têm recebido formação adequada para trabalhar na área da preservação audiovisual. A metodologia empregada foi qualitativa, baseada em levantamento bibliográfico e na análise dos dados curriculares encontrados nas universidades públicas que ofertam o curso de Arquivologia no Brasil. Os resultados da análise são demonstrados através de gráficos para um entendimento mais completo acerca da formação dos arquivistas e apontam para a carência da temática preservação audiovisual nesta formação, ensejando novas perspectivas e rumos para o ensino, com vistas a entender o lugar da preservação audiovisual na Arquivologia e a formar arquivistas preparados para lidar com esta infundável tarefa de gestão que é a preservação.

**Palavras-Chave:** Arquivologia; Preservação Audiovisual; Arquivista Audiovisual; Formação do Arquivista.

## ***ENSEÑANZA EM ARCHIVO DE GRADO EN BRASIL: EL PAPEL DEL ARCHIVISTA EN LA CONSERVACIÓN AUDIOVISUAL***

### **RESUMEN**

El artículo tiene como objetivo discutir el papel del archivero en la preservación audiovisual en Brasil, desde la perspectiva de que los documentos audiovisuales son, además de patrimonio audiovisual, documentos de archivo. En este sentido, buscamos investigar, a través del análisis de los planes de estudio de los cursos de Archivología brasileños, si los archiveros han recibido una formación adecuada para actuar en el área de preservación audiovisual. La metodología utilizada fue cualitativa, basada en una encuesta bibliográfica y en el análisis de datos curriculares encontrados en universidades públicas que ofrecen la carrera de Archivología en Brasil. Los resultados del análisis se muestran en gráficos para una comprensión más completa de la formación de los archiveros y señalan la falta del tema de preservación audiovisual en esta formación, dando lugar a nuevas perspectivas y orientaciones para la enseñanza, con miras a comprender el lugar de la preservación audiovisual en Archivología y formar archiveros preparados para manejar esta interminable tarea de gestión que es la preservación.

**Palabras-Clave:** Archivística; Preservación Audiovisual; Archivero Audiovisual; Formación de Archiveros.

## ***EDUCATION IN UNDERGRADUATE ARCHIVING IN BRAZIL: THE ROLE OF THE ARCHIVIST IN AUDIOVISUAL PRESERVATION***

### **ABSTRACT**

The article aims to discuss the role of the archivist in audiovisual preservation in Brazil, from the perspective that audiovisual documents are, in addition to audiovisual patrimony, archival documents. In this sense, we seek to investigate, through the analysis of the curricula of Brazilian Archival Science courses, whether archivists have received adequate training to work in audiovisual preservation area. The methodology used was qualitative, based on a bibliographical survey and on the analysis of curriculum data found in public universities that offer the Archival Science course in Brazil. The results of the analysis are shown in graphs for a more complete understanding of the academic education of archivists and point to the lack of the audiovisual preservation theme in this training, giving rise to new perspectives and directions for teaching, with a view to understand the place of audiovisual preservation in Archival Science and educate archivists prepared to deal with this endless management task that is preservation.

**Keywords:** Archival Science; Audiovisual Preservation; Audiovisual Archivist; Archivist Education.

---

## 1 INTRODUÇÃO

Algumas indagações nortearam este trabalho: Qual a identidade dos profissionais que atuam na preservação audiovisual no Brasil? Trata-se de arquivistas? A formação oferecida pelos cursos de Arquivologia proporciona a adequada capacitação profissional para o arquivista preservar o patrimônio audiovisual e assumir o posto de arquivista audiovisual?<sup>1</sup>

Foram pesquisadas nos currículos dos cursos de Arquivologia, disciplinas que versem sobre audiovisual, preservação audiovisual ou documentos especiais, para que possamos entender se os profissionais formados estão aptos para lidar e preservar essa manifestação cultural que é o audiovisual. Nossa análise final está centrada na relação entre a identidade dos profissionais ligados à preservação audiovisual e a formação dos arquivistas brasileiros.

O desafio para os arquivos e, em especial, para a formação dos futuros arquivistas, é dar conta do volume crescente de documentos audiovisuais e da obsolescência de

seus suportes diante da velocidade das novas tecnologias. Neste sentido, para fins de sobrevivência de nossa herança cultural, é preciso estimular a formação de profissionais capacitados a desenvolverem a preservação destes diferentes tipos de documentos.

Segundo Gomes (2000), é escassa a formação profissional estruturada na área da preservação, bem como o número de publicações nacionais relacionadas a esta temática, além disso, a formação existente não capacita os arquivistas para atuarem na área de preservação audiovisual. Por isso, é necessário a promoção de uma formação acadêmica sistematizada, com vistas a aumentar a qualidade dos serviços de preservação audiovisual, além de fomentar bibliografia que garanta mais conhecimento e debate sobre o tema, baseada em princípios éticos, com o objetivo de difundir uma cultura brasileira de preservação audiovisual democrática e diversa, desde sua produção à sua preservação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Histórico dos Cursos de Arquivologia no Brasil

Antes de nos atermos aos currículos de cada curso, a fim de realizar nossa análise acerca da presença/ausência das disciplinas

relacionadas à preservação audiovisual, cabe realizar um breve histórico do surgimento dos cursos de Arquivologia no Brasil a fim de

contextualizarmos suas realidades, ainda que de forma superficial.

De acordo com Tanus e Araújo (2013, pp.87), a trajetória da arquivologia no Brasil se vincula diretamente à criação do Arquivo Nacional, previsto pela Constituição de 1824, que abrigava todos os documentos públicos do país. Mas apesar do Arquivo Nacional ter sido criado ainda no século XIX, foi somente no século XX que o ensino regular para a formação do profissional arquivista foi estabelecido, ou seja, o Arquivo Nacional levou 73 anos desde a sua fundação para estabelecer um curso de formação para arquivistas. Segundo estes autores, o Decreto nº 9.197 de 1911, muda esse panorama e implanta o curso de Diplomática, com um ano de duração, cujo currículo contava com as seguintes matérias: paleografia com exercícios práticos, cronologia e crítica histórica, tecnologia diplomática e regras de classificação, mas em 1922 as atividades desse curso são encerradas pelo Decreto nº 15.596, que também previa a criação de um Curso Técnico de dois anos, comum ao Museu Histórico Nacional, à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional mas que não se concretizou na prática (Tanus & Araújo, 2013, pp.87).

Assim, somente em 1958, com a direção de José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional (1958-1964), o campo do ensino da Arquivologia no Brasil começa a se estruturar. De acordo com Marques (2007), esse deserto no âmbito das atividades formativas para arquivistas no Brasil, leva Rodrigues a convidar para o Arquivo Nacional um arquivista francês (a embaixada francesa envia Henri Boullier de Branche) para realizar conferências sobre a organização dos arquivos nos moldes franceses. De Branche passa a compor o quadro de professores para treinar os profissionais do Arquivo Nacional, apresentando o modelo francês como o primeiro referencial teórico na formação dos arquivistas brasileiros.

Segundo Ribeiro (2015), para atender a demanda crescente de documentos e a grande demanda de informações, tornou-se mister capacitar os profissionais que já lidavam na prática com os documentos e implantar cursos de graduação com vistas a formar arquivistas aptos a desempenharem as funções e atividades inerentes à profissão. A autora afirma também que diversas influências internacionais contribuíram para que o ensino arquivístico fosse consolidado no país.

Considera-se o Curso Permanente de Arquivos (CPA), criado em 1960, o primeiro curso de Arquivologia no país. A partir de então:

A partir da década de 1960, a Arquivologia ganha força para ser estruturada como disciplina de fundamental importância para o desenvolvimento administrativo nas organizações, na construção do patrimônio histórico-cultural e fonte de informação para a sociedade. Além disso, a presença dos arquivistas Henri Boullier de Branche (França) e Theodore Roosevelt Schellenberg (Estados Unidos) no Brasil também contribuiu para que a proposta de formar profissionais habilitados através de um curso voltado para arquivistas no país fosse fortalecida. (Ribeiro, 2015, pp.22).

A criação do Curso Permanente de Arquivo apoiou-se nas necessidades do Arquivo Nacional em promover e ocupar seus cargos com profissionais mais especializados. Desta forma, constata-se que a trajetória do curso de Arquivologia está intimamente relacionada com a própria história do Arquivo Nacional, sendo o CPA um marco para a institucionalização da Arquivologia em nível superior.

Ribeiro (2015, pp.28) demonstra em quadro que abrange a Estrutura Curricular do CPA, que o curso estava estruturado em dois anos e era dividido em quatro períodos, abrangendo as seguintes disciplinas: 1º

período - Técnicas de Arquivo, História do Brasil e Organização da Administração Pública; 2º período - Instrumentos de Arquivo, História Administrativa do Brasil, Disciplinas Auxiliares da História do Brasil (genealogia, nobiliarquia, cartografia e heráldica); 3º período - Organização e Administração de Arquivos, Notariado, Historiografia Geral, Documentação Moderna (filmes, discos e microfimes); 4º período - História dos Arquivos (análise e confronto, Paleografia e Diplomática, Historiografia do Brasil e Pesquisa Histórica.

De acordo com Tanus e Araújo (2013), outro importante convidado de José Honório Rodrigues para contribuir com a modernização do Arquivo Nacional e o fortalecimento das práticas arquivísticas foi Theodore Roosevelt Schellenberg, considerado o pai da Arquivologia americana. Schellenberg, além de publicar um importante diagnóstico sobre os problemas arquivísticos do governo brasileiro, demonstra a importância dos arquivos públicos como lugar de memória nacional.

Schellenberg realizou, no Arquivo Nacional, conferências e cedeu os direitos autorais de suas obras para tradução, são elas “Manual de Arquivos”; “Documentos públicos e privados: arranjo e descrição” e “Arquivos Modernos: princípios e técnicas”. Essas obras foram utilizadas no Curso Permanente de Arquivos, e reforçam a influência norte-americana (pragmática, técnica) no ensino da Arquivologia, juntamente com a influência francesa (historicista, erudita) (Tanus & Araújo, 2013, pp.89).

Na década de 1970, conforme explicitam Tanus e Araújo (2013), o ensino de Arquivologia ganha mais visibilidade e força, impulsionado por diversas ações como a criação do primeiro periódico arquivístico nacional, o Mensário do Arquivo Nacional, em 1970; a criação, em 1971, da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB); a autorização para a criação de cursos em nível superior, pelo Conselho Federal da Educação (CFE), e a

realização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, ambos em 1972; a publicação, ainda em 1972, pela AAB, do periódico Arquivo & Administração e, por fim, o fato do Curso Permanente de Arquivos, em convênio com a antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passar a funcionar com mandato universitário. O CPA continuou sendo ministrado no Arquivo Nacional até 1977, quando foi transferido para a antiga Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Além desses importantes marcos para a área da Arquivologia, foi fundamental a promulgação do Decreto nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que regulamenta a profissão de Arquivista, e, em 1974, é fixado por meio da Resolução nº 28 de 13 de maio, pelo Conselho Federal da Educação, o primeiro currículo mínimo da Arquivologia, que também contou com o apoio efetivo da AAB. (Marques, 2007, pp. 93).

De acordo com Ribeiro (2015, pp.30-31) o currículo mínimo da Arquivologia, em 1974, era composto pelas seguintes disciplinas: História e Historiografia do Brasil; História Moderna e Contemporânea; Português Histórico; Línguas estrangeiras - inglês, francês e latim; História Administrativa e Constitucional Brasileira; Direito Administrativo e Constitucional; Notariado; Genealogia, Heráldica e Sigilografia; Paleografia e Diplomática; Geografia Geral; Estatística; Noções de Sociologia; Noções de Economia; Noções de Contabilidade Pública; Preservação e Restauração de Documentos; Técnicas de Pesquisa; Reprodução de Documentos e Informática. Foi estipulado ainda que o mínimo de horas-aula seria 2.160, a serem cumpridas entre três e cinco anos e que os cursos poderiam criar habilitações específicas como: Arquivos históricos, Oficiais, Empresariais, Escolares, Científicos, entre outras.

Assim, segundo Tanus e Araújo (2013, pp.91) em 1977 e em 1978, surgem mais dois cursos de Arquivologia no Brasil, um na Universidade Federal de Santa Maria e outro na Universidade Federal Fluminense, respectivamente. A década de 1970 se consolida, então, como um período frutífero para o ensino da Arquivologia no país. Os autores afirmam ainda que, nos anos 1980, apesar de não terem sido criados novos cursos de graduação em Arquivologia, foram criados cursos de pós-graduação, na modalidade lato sensu, em diversas universidades, entre elas: UNIRIO, UFF, USP, UFSC e UFBA. (Tanus e Araújo, 2013, pp.91). Para Jardim (1999), a grande dificuldade para criar e estabelecer cursos de graduação nesta década se deve à ausência de um corpo docente capacitado.

Entretanto, no início da década de 1990, a promulgação da Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991, que estabeleceu a política nacional de arquivos públicos e privados, impulsiona o campo arquivístico e são criados cinco cursos de Arquivologia, na UNB, UFBA, UEL, UFES e UFRGS. De acordo com Tanus e Araújo (2013):

Após a implantação dessa lei, houve um significativo crescimento dos cursos de Arquivologia nas universidades, culminando na consolidação das universidades como espaço político e acadêmico na conformação da área (FONSECA, 2005). Ao lado desse crescimento de cursos e, posteriormente, de egressos, houve um aumento na produção de pesquisas arquivísticas sediada em diversos programas de pós-graduação, aumento na produção científica publicada em periódicos, e aumento na qualificação do corpo docente dos cursos de Arquivologia (FONSECA, 2005). Santos (2010) acrescenta também que essa lei dos arquivos consagrou no país o conceito de gestão de documentos, desenvolvido pelos arquivistas de Québec, deslocando a concepção dos arquivos históricos,

sobretudo, como fontes de pesquisa histórica e aproximando-os da administração e das funções dos arquivos correntes e intermediários. (Tanus e Araújo, 2013, pp. 93).

No final da década de 1990, é implementada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que promoveu maior flexibilidade nas Universidades quanto à questão curricular nos cursos de graduação, permitindo que os Projetos Políticos Pedagógicos e os currículos fossem revistos, em função de seus contextos diferenciados e de demandas regionais próprias. Assim, os cursos de Arquivologia puderam deixar de seguir o engessado currículo mínimo, podendo rever e escolher novas disciplinas que ampliassem o leque de opções, possibilitando a valorização da pesquisa arquivística.

Cada universidade passa a ter a atribuição de fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes. E tem ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministrados. O então Ministério da Educação - MEC instituiu a flexibilização por julgá-la como solução para aumentar a permanência dos alunos nas universidades, pois considerava a rigidez curricular como sendo a principal causa da evasão. (Mariz e Melo, 2019, pp.245).

Tanus e Araújo (2013, pp.94) identificam, por meio do Parecer nº 492, de 3 de abril de 2001, uma proximidade do curso de Arquivologia em relação às competências e às habilidades profissionais também descritas nas diretrizes dos cursos de Biblioteconomia. Mariz e Melo (2019), ao contrário, afirmam que é necessário que o currículo forneça a base para que sejam atendidas as especificidades da Arquivologia, respeitando seu referencial teórico e Mariz (2012) explicita, ainda, que: “o ensino da base teórica da Arquivologia não

pode ser negligenciado nem confundido com outros campos teóricos, que são importantes como formação complementar, mas não como formação principal.” (Mariz, 2012,pp.220).

Em 2007, com a promulgação do Decreto nº 6.096, de 24 de abril, conhecido como REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

## 2.1 Uma Breve Reflexão sobre Currículo e a Formação do Arquivista

Antes de apresentar a pesquisa realizada nos currículos dos cursos de Arquivologia faz-se necessário refletir um pouco sobre a questão curricular que envolve diversas concepções teóricas. Desde uma visão tradicionalista, pautada apenas na qualificação profissional para o mercado de trabalho, a abordagens mais críticas e até multiculturais, que promovam uma reflexão crítica voltada para a transformação do ser humano, integrando diferentes saberes para o desenvolvimento tanto pessoal quanto profissional.

Desta forma, é preciso que o currículo esteja alinhado aos anseios sociais e que promova uma formação para além da técnica, observando conteúdos que estimulem a reflexão e a crítica. Além disso, entendemos que não existe isenção em uma proposta curricular, ao contrário, o currículo é produto direto das ideias dos protagonistas de seu processo de construção. O currículo pressupõe “compreensões do mundo, da ciência (visão epistemológica), da disciplina do conhecimento (visão ontológica), do papel e da inserção social da área (relação com a sociedade e com o mercado de trabalho).” (Oliveira *et al.*, 2002,pp. 41). Para garantir uma formação global e crítica, capacitando os discentes para exercerem plenamente sua cidadania, é necessário que o Projeto Político Pedagógico, no qual esteja inserido o currículo, represente uma visão de mundo que esteja alinhada às políticas institucionais da universidade, expressando seus ideais de sociedade e de educação.

Federais), mais seis cursos de Arquivologia foram criados, nas seguintes Universidades: UFAM, UFPB, UFSC, FURG, UFMG e UFPA.

Após a identificação das instituições responsáveis pela formação acadêmica em Arquivologia no Brasil, passamos a uma breve reflexão sobre currículo e sobre a formação do arquivista.

No âmbito da formação em Arquivologia, Negreiros *et al.* (2012,pp.5) defendem que:

(...) as enormes transformações vivenciadas pela área têm levado a profundas reflexões sobre a própria configuração da profissão de arquivista, devido à grande transformação de seu objeto, o documento. Este vem se materializando em diversos formatos e suportes, que demandam novos conhecimentos e novas formações, antes pouco explorados ou valorizados pela profissão. (Negreiros *et al.*, 2012,pp.5).

Os autores evidenciam que o número crescente de documentos, demandam que o perfil do Arquivista esteja antenado às novas configurações da informação arquivística, independente do suporte, e que demonstre, além de competência técnica e empreendedora para gerir os documentos, também, competência reflexiva e crítica de sua própria função na sociedade.

Além disso, Oliveira (2014) ressalta que no contexto dos cursos de graduação em Arquivologia as propostas curriculares são diversas, resultantes das diferenças entre as vinculações acadêmicas e institucionais de cada curso, das formações de seus docentes, dos perfis dos discentes e das próprias demandas do mercado de trabalho. Cada curso reflete sua própria realidade diante de sua estrutura curricular. Farias e Furtado (2020), ao citarem Duranti (2007), afirmam que:

Duranti (2007) ressalta que a educação contemporânea que os arquivistas recebem é extremamente variada: podem ser diferentes de um continente para outro, de um país para outro, de uma universidade para outra. Considerando que essas variáveis dependem da história dos países, de suas estruturas arquivísticas, dos fundos documentais que preservam, das tradições arquivísticas e de fatores específicos inerentes às universidades, da formação dos professores e aos recursos financeiros disponíveis. (...) defende que a chave para o direito da educação para o novo arquivista é a flexibilidade, que visa proporcionar uma experiência de aprendizagem holística que permite seguir as próprias inclinações, interesses e aspirações, que só é possível por duas razões: o aluno será preparado para adquirir conhecimento fora da educação formal e as oportunidades para complementar a formação em programas de pós-graduação através de cursos de formação, seminários e conferências, sem considerar a literatura disponível na Internet, os sites das associações profissionais, das instituições arquivísticas, etc. O que devemos ensinar aos alunos é como explorar e usar todos esses recursos de uma forma inteligente (Duranti, 2007 apud Farias e Furtado, 2020, pp.422-423).

Nesse sentido, entendemos que a Arquivologia se encontra no contexto da sociedade contemporânea de uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), e que o arquivista precisa estar qualificado para gerenciar com proficiência o fluxo de informações orgânicas geradas, recebidas e acumuladas pelas diferentes instituições, sejam elas governamentais ou não. Além disso, o arquivista precisa, ainda, desenvolver competências para lidar com os fatos registrados, tratando e organizando os acervos documentais arquivísticos e

dominando o estatuto terminológico, técnico, teórico e social dos arquivos, garantindo de modo eficiente, seguro e confiável o acesso às informações orgânicas, considerando as transformações contínuas da sociedade, como compreendem Negreiros *et al.* (2012).

Mariz e Melo (2019, p. 243), citando Bellotto (2014) destacam a importância do arquivista possuir “profundo conhecimento da natureza dos arquivos (...) e da natureza das entidades (...)”, revelando compreensão plena das “funções que essas entidades exercem/exerceram, como criaram, receberam, organizaram e utilizaram a informação” (Mariz e Melo, 2019, pp.243) e, reafirmam a relevância do papel da Universidade como *locus* apropriado para cunhar a identidade do campo arquivístico brasileiro e formar arquivistas.

Mariz e Melo (2019) apontam também que as diferenças entre as diversas configurações curriculares nas universidades brasileiras decorrem de diversos fatores, explicitando alguns deles, a saber: “a organização institucional e a subordinação hierárquica dos cursos, a formação e experiência profissional do corpo docente, as diferenças regionais, as demandas do mercado de trabalho, o perfil do corpo discente.” (Mariz e Melo, 2019, pp.243). Nesse sentido, as autoras questionam que tipo de profissional os cursos de Arquivologia vêm formando, indicando que, de acordo com Bellotto (2014), a formação do arquivista deve passar pela consciência de que os “princípios da proveniência, da organicidade e da unidade é que darão a segurança e a autenticidade da informação, sejam os documentos em que suporte forem, analógicos ou virtuais.” (Bellotto, 2014, p. 261-2, apud Mariz e Melo, 2019, pp.243-244).

Desta forma, partimos para o estudo dos currículos das Universidades, tendo em vista nossa proposta de identificarmos o cenário atual do ensino de preservação

audiovisual nos cursos de graduação de Arquivologia no Brasil.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação aos objetivos propostos, a metodologia que utilizamos neste trabalho foi a pesquisa exploratória, uma vez que se buscou identificar o cenário atual do ensino de preservação audiovisual nos cursos de graduação de Arquivologia no Brasil, a fim de analisar a presença / ausência da temática que envolve o campo da preservação audiovisual nas ementas e objetivos das disciplinas oferecidas pelas Universidades bem como a presença / ausência de questões que ultrapassem as metodologias e técnicas de conservação, incluindo temas relativos à história da preservação no Brasil, aspectos epistemológicos e científicos da preservação, além de conteúdos relativos ao planejamento e administração de programas de preservação. É importante ressaltar ainda que vários autores colaboraram na geração dos argumentos, das discussões e das reflexões para pensar sobre a formação de competências e habilidades necessárias aos arquivistas que tratam da preservação audiovisual.

Foram consideradas as seguintes formas de investigação: levantamento bibliográfico sobre o histórico da formação de arquivistas no Brasil; consulta à grade curricular e ao ementário dos cursos de Arquivologia (busca em sites e contato com as Universidades) e, por fim, análise de dados, a partir dos resultados encontrados em confronto com o panorama político-cultural da preservação audiovisual no Brasil.

No tocante à abordagem, esta pesquisa é qualitativa pois analisamos qual a relação entre a identidade dos profissionais ligados à preservação audiovisual e a formação dos arquivistas brasileiros. Os dados coletados foram objeto de análise para elucidarmos nossos objetivos. Os procedimentos metodológicos utilizados foram aplicados por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

A revisão bibliográfica foi realizada em artigos, livros, dissertações, teses e outros textos científicos, em sua maioria produzidos nos últimos vinte anos, a fim de embasar os principais conceitos necessários à compreensão da temática. Além disso, a pesquisa também foi documental, uma vez que partimos da análise de documentos formais que compunham as grades curriculares e o ementário dos cursos de Arquivologia de Instituições de Ensino Superior públicas brasileiras.

Visitamos os sites de diferentes Universidades públicas localizadas em todas as regiões do Brasil e encontramos em funcionamento 16 (dezesesseis)<sup>2</sup> cursos de Arquivologia, destes, três são estaduais e treze são federais. A maioria das grades curriculares e dos ementários estava publicada de forma acessível ao público, no próprio site dos cursos. Dois cursos, UFAM e UNESP, estavam com o site desatualizado e foi solicitado, por e-mail, o envio dos documentos, sendo ambos prontamente encaminhados.

Com as informações de todos os cursos, organizamos os dados com as seguintes informações: nome da instituição, período estipulado para cursá-la (caso não tenha um período específico, inserimos um traço - para sinalizar a falta), nome da disciplina, resumo da ementa e/ou objetivo, carga horária da disciplina e tipo (obrigatória ou optativa).

Elegemos algumas palavras-chave por acreditarmos serem ferramentas fundamentais para identificar os dados que buscamos, são elas: preservação; conservação; restauração; audiovisual e documentos especiais. A busca por estas palavras não ficou restrita ao nome da disciplina, também as pesquisamos nos ementários e/ou objetivos. Levamos em consideração a relevância da palavra no todo, incluindo uma análise da bibliografia da disciplina. Estes dados foram compilados para

termos uma noção quantitativa sobre as disciplinas com estas temáticas e podermos formular gráficos e refletir de forma mais

#### 4 RESULTADOS

Conforme apresentado no item anterior, onde explicamos um pouco sobre o processo metodológico desta pesquisa, levantamos as informações que apresentaremos a seguir, por meio das grades de disciplinas, currículos e/ou projetos pedagógicos, disponibilizadas nos sites das Universidades públicas brasileiras com o intuito de entender se o ensino da Arquivologia tem englobado temas como Preservação e Audiovisual em seus currículos e se há a presença de temas relativos à história da preservação no Brasil, aspectos epistemológicos e científicos da preservação, além de conteúdos relativos ao planejamento e administração de programas de preservação.

Como preâmbulo, nossa primeira observação e reflexão, com base no histórico dos cursos de Arquivologia brasileiros realizada no item anterior, diz respeito aos currículos dos primeiros cursos de Arquivologia no Brasil. Podemos perceber que tanto na grade curricular do Curso Permanente de Arquivo (CPA), quanto na grade do currículo mínimo, estabelecido para os cursos de Arquivologia, existiam disciplinas relacionadas ao audiovisual e à preservação. No âmbito do CPA, a disciplina “Documentação Moderna (filmes, discos e microfiches)” e do currículo mínimo, a disciplina “Preservação e Restauração de Documentos”. A inclusão da disciplina “Documentação moderna” no CPA, provavelmente, demonstra a nítida influência dos textos de Schellenberg, difundidos nesta época, a saber: “Arquivos Modernos: princípios e técnicas” e “A Avaliação dos Documentos Públicos Modernos”. Como não tivemos acesso às ementas do currículo mínimo, pouco podemos afirmar sobre o viés da disciplina “Preservação e Restauração de

organizada. Os resultados da análise estão dispostos no próximo item.

Documentos”, mas lendo alguns artigos entendemos que a ênfase do currículo mínimo era no tratamento mais técnico de arquivos permanentes, estando centrado, principalmente, na formação profissional, o que nos leva a pensar que a disciplina “Preservação e Restauração de documentos”, focava mais em metodologias e técnicas de conservação.

Para facilitar nossa análise e sistematizar a coleta dos dados, escolhemos três palavras-chave para pesquisar nos currículos, a saber: “preservação, conservação e restauração”, representando uma única “palavra”, já que entendemos que a preservação também engloba práticas de restauração e conservação e, por isso, para nosso objetivo, consideramos os três conceitos como um bloco único.

Embora a palavra-chave “preservação digital” não tenha sido elencada, ela está contida e representada na busca deste mesmo bloco (preservação, restauração e/ou conservação), pois, como não é o foco deste estudo não a tratamos separadamente, apesar de acreditarmos que vale a pena pensar nesta categoria para futuras pesquisas. A segunda palavra-chave destacada foi “audiovisual”, por ser nosso objeto principal de estudo e, a última foi “documentos especiais”, por sabermos que esta nomenclatura ainda vigora em alguns espaços na Arquivologia.

Identificamos, conforme apresentado no gráfico abaixo, que o somatório de todas as disciplinas dos currículos estudados foi de 985 (novecentas e oitenta e cinco), entre obrigatórias e eletivas/optativas, totalizando uma carga horária média por curso de 2.580 horas.

**Gráfico 1: Quantidade total de disciplinas, obrigatórias e eletivas, dos cursos pesquisados por Universidade**

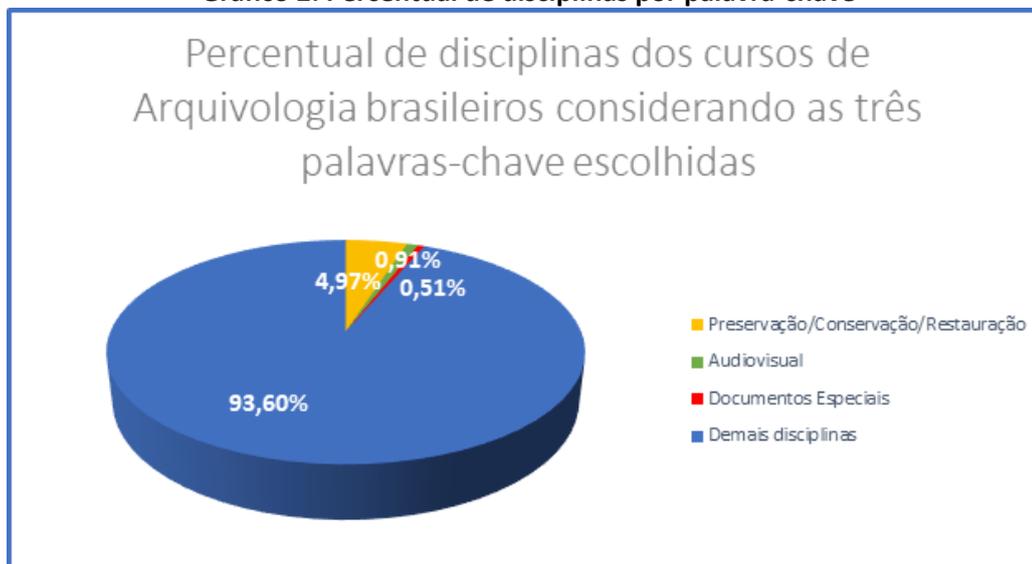


Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Considerando todas as disciplinas, obrigatórias e optativas, de todos os cursos, observamos que 63 (sessenta e três) disciplinas tratam de preservação/ conservação/

restauração e/ou documentos audiovisuais/ especiais, sendo 36 (trinta e seis) obrigatórias e 27 (vinte e sete) optativas.

**Gráfico 2: Percentual de disciplinas por palavra-chave**



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

O Gráfico 2 aponta que a temática da preservação/conservação/restauração e do audiovisual e documentos especiais representam menos de 7% do número total de disciplinas ofertadas pelos cursos de Arquivologia, entre obrigatórias e optativas. Um

número que pode ser considerado baixo se levarmos em conta a relevância da temática. Se pensarmos especificamente na questão do ensino acerca dos documentos audiovisuais e da preservação audiovisual, este número é ainda menos expressivo, o que pode denotar

uma formação deficitária do arquivista no que tange a esta temática.

**Gráfico 3: Quantidade de disciplinas obrigatórias e eletivas em cada Universidade, considerando todas as palavras-chave**



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

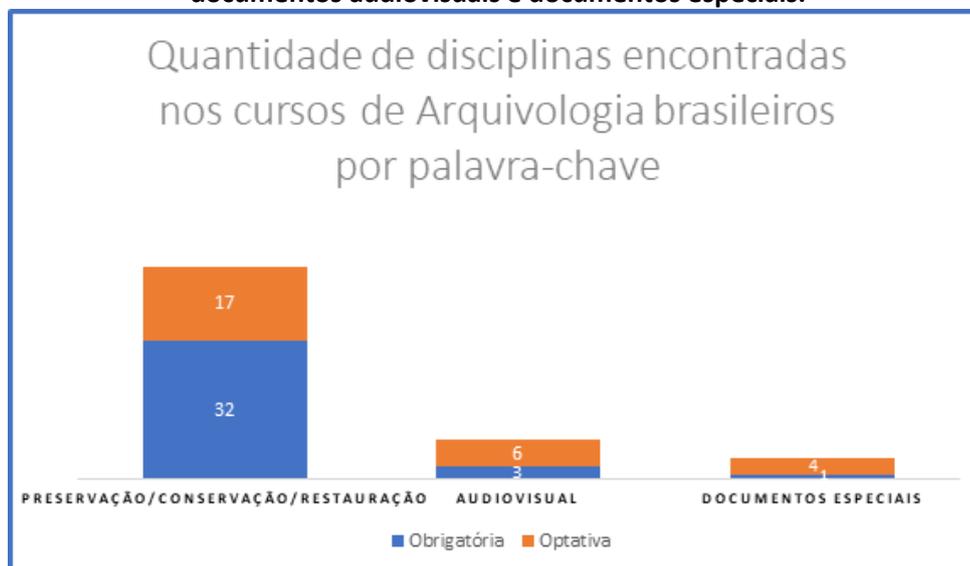
De acordo com o demonstrado no Gráfico 3, conseguimos perceber que todo estudante que cursa Arquivologia terá em seu quadro obrigatório, ao menos, uma disciplina dedicada a pelo menos uma das três palavras-chave escolhidas - preservação-restauração-conservação, audiovisual ou aos documentos especiais.

Também pudemos perceber que dos dezesseis cursos de Arquivologia existentes, todos eles, ou seja 100%, possuem ao menos uma disciplina dedicada à primeira palavra-chave: preservação, conservação e/ou restauração de documentos. Segundo os dados coletados, das 63 (sessenta e três) disciplinas encontradas, 49 (quarenta e nove) delas são focadas na primeira palavra-chave. Dentre elas,

32 (trinta e duas) foram consideradas obrigatórias pelos projetos políticos pedagógicos, ou seja, do total de 49 (quarenta e nove), mais da metade são obrigatórias. Percebemos que na maioria das Universidades são oferecidas duas ou mais disciplinas obrigatórias com esta temática.

É necessário explicitar, ainda, que estas 49 (quarenta e nove) disciplinas apresentam nomenclaturas variadas como Preservação Digital, Conservação Preventiva de acervos documentais, Tópicos em preservação e conservação, Preservação e conservação de Unidades de Informação, entre outras, ou seja, a temática da preservação aparece em diversas ramificações, podendo abarcar tanto documentos analógicos quanto digitais.

**Gráfico 4: Comparativo de disciplinas específicas sobre preservação/conservação/restauração com documentos audiovisuais e documentos especiais.**

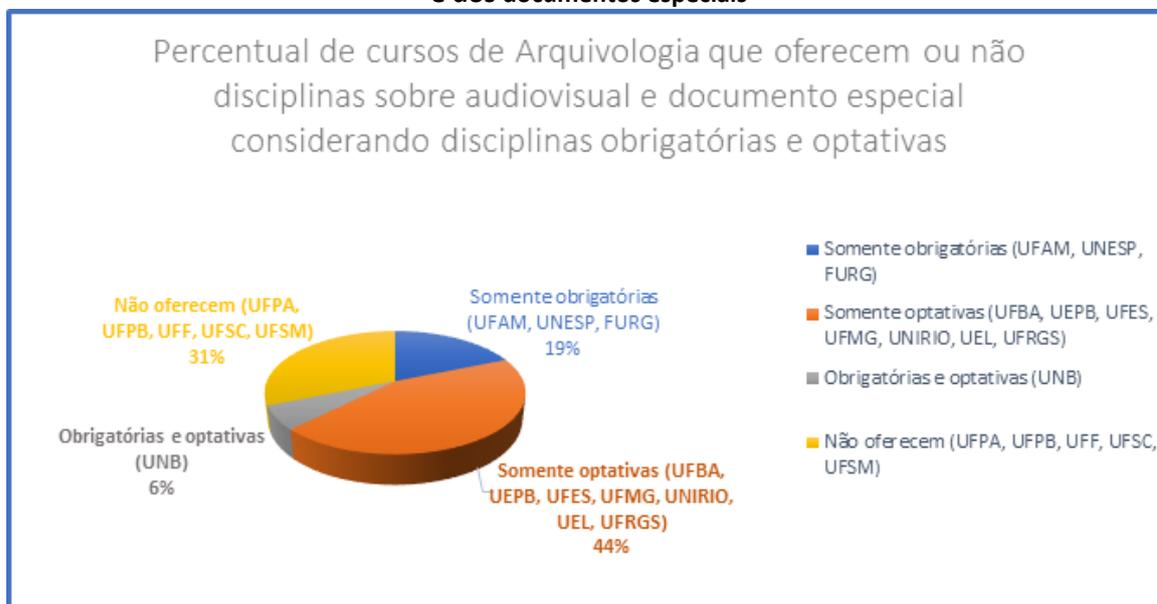


Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

No Gráfico 4 observamos o quantitativo das disciplinas distribuídas por palavra-chave, além do quantitativo de disciplinas obrigatórias e optativas que abarcam estas palavras. A grande maioria das disciplinas está centrada na palavra-chave preservação-conservação-restauração. Como se trata de duas importantes funções arquivísticas (conservação e preservação), bases conceituais na formação do arquivista e no campo arquivístico, entendemos que a presença destas disciplinas em maior número seria o esperado.

Ao analisarmos a segunda palavra-chave, a quantidade de disciplinas é muito menor comparando com a primeira, foram encontradas apenas 9 (nove) disciplinas que continham a palavra-chave audiovisual, sendo 3 (três) obrigatórias e 6 (seis) optativas. Um dado relevante é que em 2 (duas) universidades, onde a disciplina é considerada obrigatória, não há outras disciplinas optativas com esta temática, somente a UNB possui, concomitantemente, 1 (uma) disciplina obrigatória e 2 (duas) optativas, abordando a temática do audiovisual, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

**Gráfico 5: Comparativo dos cursos de Arquivologia que oferecem disciplinas acerca do audiovisual e dos documentos especiais**



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

O Gráfico 5 compara os cursos de Arquivologia que oferecem disciplinas sobre audiovisual e documentos especiais e apresenta a distribuição de obrigatórias, optativas, além de mostrar a completa ausência destes termos em 33% das universidades. Importante destacar que na UNB além da disciplina obrigatória que apresenta conteúdo sobre audiovisual em sua ementa, existem mais duas disciplinas que versam especificamente sobre audiovisual. A disciplina obrigatória denominada “Arquivo permanente 1” estuda, entre outros tópicos, o tratamento de acervos especiais: iconográfico e audiovisual. E as disciplinas “Acervos Audiovisuais” e “Arquivo, Cinema, Informação e memória”, ambas de caráter optativo, têm suas ementas pautadas no estudo da história, do desenvolvimento e das técnicas de preservação dos suportes audiovisuais, na análise da informação audiovisual, de seus métodos e tratamento informacionais e na gestão de acervos, tanto fílmicos, quanto fotográficos, apresentando, também, um estudo interdisciplinar entre as áreas arquivística, cinematográfica e da informação.

O curso de Arquivologia da UNB é o que contém o maior número de disciplinas com

todas as palavras-chave, são 8 (oito) no total, onde 5 (cinco) tratam de preservação/conservação/restauração e 3 (três) de audiovisual. Nestas disciplinas é possível notar uma visão holística entre as temáticas em tela, pois percebemos um cruzamento entre o ensino de Preservação e suas políticas e de Conservação preventiva e restauração, abordando os suportes documentais existentes, incluindo eletrônicos e, ainda, o entendimento do documento audiovisual como documentos de arquivo, englobando a gestão e práticas de arranjo, organização e preservação.

Hollós (2008) idealiza uma proposta curricular sobre preservação audiovisual, baseada numa concepção transdisciplinar, onde o aluno se depare com trocas e discussões que perpassam um único assunto, obtendo uma visão do todo:

Assim, a proposta curricular que se pretende discutir é aquela voltada aos programas de ensino que necessariamente abordem questões para além das metodologias e técnicas de conservação, incluindo temas relativos à história da preservação no

Brasil, aspectos epistemológicos e científicos da preservação, além de conteúdos relativos ao planejamento e administração de programas de preservação. Importante será formar um profissional pró-ativo, capaz de adotar estratégias de ação baseadas na sustentabilidade, na visão sistêmica do problema e na implantação de programas para a preservação e o acesso continuado aos acervos documentais para as gerações presentes e futuras (Hollós, 2008, pp.5)

Ainda sobre nossa segunda palavra-chave, constatamos que em 5 (cinco) universidades, a palavra audiovisual ou especial não apareceu em nenhum âmbito do projeto político pedagógico, conforme demonstrado no gráfico 5, são elas UFPA, UFSC, UFPB, UFF e UFSM. Como já dito ao longo deste trabalho, a Universidade ocupa lugar central na formação do arquivista contemporâneo, assim, uma vez que os cursos de Arquivologia não oferecem aos seus alunos contato com a temática do audiovisual em nenhum momento, podem estar contribuindo para futuras perdas informacionais, pois o profissional poderá dissociar o documento audiovisual de seu elemento orgânico, alegando o fator suporte. É lamentável percebermos esta carência na formação deste profissional.

Passamos então para a terceira e última palavra-chave a ser analisada, que é documento especial. Neste levantamento, encontramos o total de 5 (cinco) disciplinas com esta nomenclatura ou que a utilizam em seu ementário. Destas, 4 (quatro) são de caráter optativo e apenas 1 (uma) é obrigatória. As universidades que as oferecem são: FURG, UFRGS, UEL, UEPB e UFMG.

A disciplina obrigatória, denominada “Arquivos Especiais”, pertence à FURG, que não apresenta disciplinas que abordam a palavra-chave audiovisual. A ementa da disciplina em questão mostra em seu conteúdo: “Produção de documentos especiais; tipos de suporte; tipos de arquivamento, acondicionamento e

manuseio; preservação e conservação de suportes especiais; durabilidade de suportes.” Como já vimos, a opção por esta nomenclatura denota uma visão hierarquizada dos documentos e que entende como padrão os documentos textuais. A ementa também não especifica quais os tipos de suporte, podemos inferir que o documento audiovisual pode estar contemplado ou não.

No tocante a esta palavra-chave, mencionamos ainda o curso de Arquivologia da UEL, que apresenta em seu quadro de disciplinas uma optativa intitulada “Arquivos especiais” e, em seu ementário diz ser uma “introdução ao estudo de organização de arquivos especializados”, abordando os arquivos especializados de forma genérica sem que possamos saber ao certo do que se trata. Nesta mesma universidade, no currículo anterior, de 2013, existia a disciplina “Documentos audiovisuais” que tinha por objetivo tratar da “Organização, preservação e recuperação de arquivos audiovisuais”. De maneira geral, os termos especiais ou especializados são os que mais aparecem entre as 5 (cinco) disciplinas encontradas, refletindo, como apontamos no início deste estudo, uma visão inadequada para tratar de outros suportes, elegendo o papel como referência.

Ao nos determos nas ementas de forma mais detalhada, percebemos que o ensino de preservação, ao que parece, não está sendo pautado, na maioria dos cursos, apenas em uma visão tecnicista, uma vez que a maioria das ementas também apresenta a criação de políticas de preservação como um dos objetivos da disciplina, além de também apontarem para a necessidade de a preservação estar inserida na gestão documental. Com esta abordagem, podemos perceber que o estudo desta importante função arquivística vem se concretizando nos cursos, construindo uma cultura de que a preservação é de fato fundamental para a formação do arquivista.

Mas e sobre a preservação audiovisual? Conforme apresentado nos gráficos, muitos

cursos não tratam dessa temática, sequer a incluem em suas grades curriculares. Poucos são os cursos que mostram em suas ementas questões relativas à história da preservação no Brasil e aos aspectos epistemológicos e científicos da preservação. Os conteúdos relativos ao planejamento e administração de programas de preservação não abarcam, na maioria das vezes, os acervos audiovisuais.

Infelizmente, a resposta à questão inicial, se a formação oferecida pelos cursos de Arquivologia proporciona a adequada capacitação profissional para o arquivista preservar o patrimônio audiovisual e assumir o posto de arquivista audiovisual, é não. A

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve como objetivo demonstrar que os arquivistas devem ser os profissionais responsáveis pela preservação audiovisual no Brasil, levando em conta que os documentos audiovisuais, desde que obedeçam a alguns requisitos estabelecidos pela Arquivologia, podem ser considerados documentos arquivísticos e que são os arquivistas que devem garantir sua preservação e difusão. Assim, a formação destes profissionais deveria contemplar o desenvolvimento de habilidades que os capacitem a desenvolver a preservação de diferentes tipos de documentos nos mais variados suportes.

Falar de preservação audiovisual nos permite pensar em múltiplos pontos de vista e enfoques que contemplam uma diversidade de conceitos, entendendo o cinema e as obras audiovisuais não apenas como arte, mas também como cultura, história e memória. As obras cinematográficas, quando documento arquivístico, precisam passar por uma gestão documental, contemplando todas as funções arquivísticas e estando sob a égide dos princípios arquivísticos.

Assim, entendemos que é preciso efetivar a preservação dos documentos audiovisuais. Faz-se necessário verificar, por

precariedade desta formação, aliada a outros fatores, vem acarretando prejuízos expressivos ao patrimônio audiovisual brasileiro (Menezes, 2019).

Entendemos, assim como Mariz e Melo (2019) apontam sobre o ensino de tratamento de documentos fotográficos, que a presença da preservação audiovisual na Arquivologia “pode ajudar à academia a solucionar algumas questões como terminologia, padrões de formato, classificação, padrões de metadados, entre outras, que podem ser obstáculos de preservação e recuperação num futuro não tão distante” (Mariz & Melo, 2019, pp.242).

meio do diálogo, os melhores métodos aplicáveis visando um aproveitamento maior no tratamento adequado voltado a esses documentos.

Os documentos audiovisuais fazem parte de um todo orgânico, por isso não podem ser retirados de seus contextos de produção sem que levemos em conta sua linguagem e seus aspectos técnicos, pois os documentos pouco significam isoladamente. Nesse sentido, refletir sobre os conceitos de documentos audiovisuais e as relações que estabelecem com os princípios e técnicas da Arquivologia pode ser um caminho para que sejam traçadas novas perspectivas e tomados novos rumos dentro da própria Arquivologia, para que a gestão documental desses documentos possa realmente ocorrer.

O campo de trabalho para um profissional arquivista é extremamente amplo, trata-se de um profissional polivalente capaz de coordenar e controlar a produção, o fluxo e a difusão da informação em diversos tipos de instituições. Sua postura inovadora, a eficiência de suas ações e seu comprometimento ético devem estar refletidos em seu conhecimento técnico-científico sobre a preservação audiovisual. O arquivista deve estar apto a planejar e implementar políticas de

preservação audiovisual que contemplem as necessidades da sociedade.

A universidade tem o papel de apresentar o arcabouço sistêmico e interdisciplinar acerca da temática da Preservação Audiovisual para que o profissional formado no curso de Arquivologia possa trabalhar como arquivista audiovisual. Para além de compreender as técnicas de restauração e preservação analógicas e digitais, dominar as estratégias de administração e de planos de preservação, conhecer a história da preservação e os aspectos epistemológicos, científicos e políticos que envolvem a preservação audiovisual, possuir saberes aprofundados em preservação digital – em eletrônica, softwares, hardwares, servidores, base de dados, estratégias e migração de suportes, repositórios, entre outros - é necessário, também, que o arquivista saiba lidar com adversidades, seja criativo, atualize-se constantemente diante das ágeis mudanças tecnológicas e seja capaz de produzir novos conhecimentos por meio de pesquisas e da participação ativa em redes de conhecimento.

Infelizmente, a realidade das instituições de formação brasileiras no campo da Arquivologia é bem distante do ideal, as demandas para formar um arquivista

audiovisual são muitas e a presença de disciplinas focadas na área de preservação audiovisual nos currículos é ínfima. Nesse sentido, a Declaração de Compromisso firmada no “Seminário Internacional de Preservação Audiovisual no Mercosul”, realizado em Salvador, em 2016, indica que é urgente:

Melhorar a formação e a capacitação na área da preservação audiovisual: promover a inclusão de disciplinas de preservação audiovisual nos currículos dos cursos universitários de cinema e audiovisual; arquivologia; biblioteconomia; museologia etc.; buscar a transmissão dos saberes e ofícios associados à preservação, alguns deles em risco de desaparecimento; incorporar novos enfoques disciplinares e interdisciplinares no marco da preservação digital (ciências da informação, engenharia, etc.) [...] (Salvador, 2016, apud Menezes, 2019, pp.93).

É preciso que haja uma comunhão entre as políticas públicas e as universidades, para que a preservação audiovisual ocorra de forma a garantir que os documentos audiovisuais não só estejam protegidos, mas que também passem por uma gestão arquivística, sendo possível que a sociedade tenha acesso de forma ampla.

## 6 REFERÊNCIAS

- Bellotto, H. L. (2014). Arquivo: estudos e reflexões. Editora UFMG.
- Gomes, Neide A. (2000). O Ensino de Conservação, Preservação e Restauração de Acervos Documentais no Brasil. (Dissertação Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília.
- Hollós, Adriana Cox. (2008). Preservação Audiovisual: uma reflexão curricular. VIII CIFORM - Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação, Salvador.
- Jardim, José Maria. (1999). A universidade e o ensino da Arquivologia no Brasil. In José Maria Jardim & Maria Odila Fonseca (Orgs.), A formação do arquivista no Brasil. (pp.31-51). EdUFF.
- Mariz, Anna Carla Almeida. (2012). Reformas curriculares do curso de Arquivologia da UNIRIO: reflexões e propostas. In Renato Venâncio & Adalson Nascimento (Orgs.), Universidades e arquivos: gestão, ensino e pesquisa (pp.157-182). Escola de Ciência da Informação.

- Mariz, Anna Carla Almeida e Melo, Raquel Oliveira. (2019). A formação do profissional arquivista e o ensino do tratamento de documentos fotográficos em arquivos. In Thiago Henrique Bragato Barros & Roberto Lopes dos Santos Jr & Gilberto Gomes Cândido (Orgs.), *A pesquisa e o ensino em arquivologia: perspectivas na era digital* (pp.241-250). Ed. UFPA.
- Marques, Angelica Alves da Cunha. (2007). Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil. (Dissertação Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2007. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2979>.
- Menezes, Inês A. (2019). O profissional atuante na preservação audiovisual. *MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE*, 8(15), <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia>.
- Negreiros, L. R. et al. (2012). Metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de arquivologia: a experiência do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Congresso Nacional de Arquivologia, 4. Anais, Salvador.
- Oliveira, Eliane Braga de; Rodrigues, Georgete Medleg; Souza, Kátia Isabelli de B. M. de; Sousa, Renato Tarcisio de; Montiel, Rosane (Coord.). (2002). Proposta de reforma curricular do curso de arquivologia da UnB. *Cen. Arq., Brasília*, 1, 40-46. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1429>.
- Oliveira, F. H. de. (2014). A formação em arquivologia nas universidades brasileiras: objetivos comuns e realidades particulares. (Tese Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília.
- Ribeiro, Rosemary de Moraes. (2015). Uma reflexão sobre a estrutura curricular do curso de graduação em arquivologia das universidades públicas brasileiras. (Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Arquivologia) Universidade Federal Fluminense, Niterói. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/2615>.
- Tanus, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho e Araújo, Carlos Alberto Ávila. (2013). O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 18(37), 83-102. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2013v18n37p83>.

## 7 NOTAS

<sup>1</sup> Pesquisa realizada em 2021.

<sup>2</sup> As dezesseis universidades são: FURG - Universidade Federal do Rio Grande; UEL - Universidade Estadual de Londrina; UEPB Universidade Estadual da Paraíba; UFAM - Universidade Federal do Amazonas; UFBA - Universidade Federal da Bahia; UFES - Universidade Federal do Espírito Santo; UFF - Universidade Federal Fluminense; UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais; UFPA - Universidade Federal do Pará; UFPB - Universidade Federal da Paraíba; UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina; UFSM - Universidade Federal de Santa Maria; UNB - Universidade de Brasília; UNESP - Universidade Estadual Paulista (Marília) e UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.